

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.432.430 - SP (2019/0013618-0)**

**RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE : CAROLINA KOMIYAMA DE ALMEIDA CARVALHAIS**  
**AGRAVANTE : MARCELO DE ALMEIDA CARVALHAIS**  
**ADVOGADO : MARCELO DE ALMEIDA CARVALHAIS - SP162650**  
**AGRAVADO : RODOBENS ADMINISTRADORA 414 LTDA**  
**ADVOGADOS : DIEGO PRIETO DE AZEVEDO E OUTRO(S) - SP223346**  
**RODRIGO NARCIZO GAUDIO - SP310242**

**EMENTA**

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE REGRESSO COM PEDIDO INDENIZATÓRIO. QUITAÇÃO DE OBRIGAÇÃO DO VENDEDOR DE IMÓVEL ESTIPULADA CONTRATUALMENTE. INSCRIÇÃO DE PESSOA JURÍDICA NA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO. DANO MORAL. *QUANTUM*. PROPORCIONALIDADE DO VALOR FIXADO NA ORIGEM. REEXAME DOS ELEMENTOS DE CONVICÇÃO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

A RODOBENS ADMINISTRADORA 414 LTDA. (RODOBENS) ajuizou ação de regresso com pedido indenizatório contra CAROLINA KOMIYAMA DE ALMEIDA CARVALHAIS e outro (CAROLINA E OUTRO).

O juízo de primeiro grau julgou parcialmente procedentes os pedidos, reconhecendo apenas a procedência do ressarcimento, por CAROLINA E OUTRO, do valor pago pela RODOBENS, fixando, ainda, os honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor da condenação.

O Tribunal de origem deu provimento ao apelo da RODOBENS em acórdão assim ementado:

*DANO MORAL. Requeridos apelados, compradores, tinham a obrigação contratual de pagar o foro relativo ao imóvel adquirido da autora. Inadimplemento que levou à inscrição do nome da autora em dívida ativa da União. Existência de danos morais indenizáveis. Súmula 227 do C.STJ e artigo 52 do Código Civil. Pessoa jurídica que se viu embaraçada no regular desenvolvimento de sua atividade empresarial, por fato imputável aos requeridos. Dano moral “in re ipsa”. Violação da imagem,*

*bom conceito, credibilidade e honra objetiva da pessoa jurídica autora. Recurso provido (e-STJ, fl. 147).*

Irresignados, CAROLINA E OUTRO interpuseram recurso especial, fundado na alínea *a* do permissivo constitucional, em que apontaram a violação dos arts. 186, 927 e 944 do CC/02, sustentando, em síntese, a desproporcionalidade do valor fixado a título de dano moral no caso concreto.

O apelo especial não foi admitido na origem sob o fundamento de incidência das Súmulas nºs 7 do STJ e 284 do STF.

CAROLINA E OUTRO, então, interpuseram o presente agravo impugnando a incidência dos aludidos óbices sumulares.

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls. 204/211).

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPD, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

De acordo com a jurisprudência desta Corte Superior, *somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais arbitrado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do óbice da Súmula n. 7 do STJ para possibilitar sua revisão* (AgInt no AREsp nº 533.370/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, DJe 17/12/2018).

No caso concreto, o acórdão concluiu que a fixação do valor dos danos morais em R\$7.000,00 *bem servem para compensar os danos sofridos pela autora, assim como alertam os réus a respeito do dever recíproco do fiel cumprimento das obrigações assumidas* (sem destaque no original - e-STJ, fl. 151).

Logo, não se vislumbrando, na hipótese vertente, nenhum motivo que justifique a intervenção excepcional desta Corte, o apelo nobre esbarra nos rigores contidos na Súmula nº 7 do STJ, pois rever a conclusão a que chegou o acórdão recorrido ensejaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, procedimento vedado em sede de recurso especial.

Nessas condições, **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER**

do recurso especial.

MAJORO, nos termos do art. 85, §11, do NCPC, em 5% os honorários advocatícios fixados em desfavor de CAROLINA E OUTRO.

Advirta-se, ainda, que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts.1.021, § 4º e 1.026, § 2º) e honorários recursais (art. 85, § 11).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator

